

Regionalização e História: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico

Alexandre Mendes Cunha
Rodrigo Ferreira Simões
João Antonio de Paula
(Cedeplar / UFMG)*

Pensar o espaço regionalizado em uma perspectiva histórica e discutir os usos e encaminhamentos do problema a partir de contribuições múltiplas da história, da geografia, da economia, e de outras mais ciências sociais, é sem dúvida desafio de monta. O que se apresenta aqui bem se enquadra como uma contribuição introdutória a tal desafio, tal qual assumido no título. Parte-se de uma reflexão mais ampla sobre os sentidos de região, com destaque para a presença da noção de região natural na história e na historiografia, para uma definição teórica e metodológica precisa, pensando especificamente as condições e possibilidade do processo analítico de segmentação do espaço no fazer historiográfico em geral e para a história econômica em particular.

Desde Heródoto de Halicarnasso, no século V a.c., que se reconhece o decisivo dos elementos naturais na determinação da vida social. Dizer como Heródoto, que a maior parte do Egito era uma dádiva do Nilo, era reconhecer o inescapável dos condicionamentos naturais na dinâmica histórica. Se esta é constatação genérica e trivial, no sentido em que a existência da vida humana pressupõe a permanente apropriação da natureza, do que efetivamente se trata aqui é do também decisivo aspecto resultante da diversidade dos espaços naturais e o quanto a heterogeneidade das paisagens e dos recursos naturais vão impactar as formas de organização da vida social.

Um exemplo clássico desta questão está na tese conhecida sobre as relações entre as necessidades de grandes obras de canalização-correção-drenagem de cursos d'água e a constituição do modo de produção asiático.

Não se veja no dito até aqui nem determinismo estreito, nem a reposição das teses de Toynbee sobre a mútua implicação do desafio-resposta. Assume-se aqui que se a ambiência natural condiciona o modo e a forma de organização da vida social, esta mesma

* O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da pesquisa “Desenvolvimento urbano e formação do mercado interno em Minas Gerais: 1830-1930”, do *Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG, contando com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

ambiência é igualmente transformada pela ação humana num processo em que a natureza tanto é adaptada, quanto o ser humano adapta-se às circunstâncias naturais.

Se é assim, isto é, se o processo de apropriação do espaço natural é a permanente interação entre elementos históricos e naturais, então afaste-se a idéia de “regiões” como puras “paisagens naturais” dado que são, a um só tempo, espaços sociais, econômicos, políticos, naturais e culturais.

Insista-se ainda num ponto. Se são incontáveis o conjunto de contingências naturais que condicionam as regiões, que lhes conferem identidade, não se subestime a força das atribuições simbólicas na imposição da idéia de região, que vai prevalecer. Foi isso que nos mostrou Edward Said ao reconstituir o processo de construção do orientalismo e suas implicações políticas e ideológicas no sentido dos interesses da expansão imperialista na segunda metade do século XIX. O orientalismo, criado por Renan, por Rudyard Kipling, fez parte de uma estratégia geral de domínio: o oriente como uma criação de certos países — Inglaterra, França, Estados Unidos — com certos propósitos de dominação.

Espaço natural, espaço político, espaço cultural, a região tem dimensão técnico-econômica cultural. Se as tecnologias permitem superar contingências naturais, se as tecnologias permitem crescentes níveis de padronização e homogeneização dos processos econômicos e urbanísticos, é cada vez mais evidente a necessidade de se considerar as especificidades regionais, a paisagem natural e seu estoque de recursos, a partir das idéias da cautela, da sustentabilidade, da biodiversidade.

A diversa distribuição no planeta dos recursos naturais e a necessária complementaridade no caso de certos recursos, tanto está na base da divisão do trabalho, quanto é o fundamento das trocas. Nesse sentido, numa primeira aproximação as regiões seriam os recortes espaciais formados por um conjunto de identidades geohistóricas. De tal modo que é o caso de considerá-las, as regiões, como validades marcadas tanto pelas continuidades, quanto pelas mudanças, no sentido que também a paisagem natural se transforme pela ação antrópica, seja pela corrupção e finitude dos elementos, naturais, mas, sobretudo, decisivamente, pela dinâmica histórica como transformação de relações políticas, econômicas, sociais, culturais e tecnológicas. Assim, veja-se a região como realidade histórica e geográfica em que movimento e transformação estão presentes nos dois termos da sentença.

Há um sentido forte na idéia de região que é preciso sublinhar. Região é uma produção cultural, é uma criação histórica, e neste sentido é o espaço do irreduzível da liberdade e da criatividade, com base num estoque de recursos dado, as sociedades

humanas inventaram-se diversas: aqui a pedra e a montanha, lá o mar e a floresta, mais além os desertos, as imensidões. E em todos esses lugares a civilização se fez, na caminhada do homem rumo à sua auto-emancipação. Reconhecer e valorizar estas diferenças regionais, é reconhecer e valorizar a liberdade como fundamento da possibilidade emancipatória.

Essa perspectiva que permite pensar região como uma produção cultural, introduz a um só tempo a questão da diversidade, da dinâmica histórica e mutabilidade das experiências concretas, e da necessidade de se ultrapassar o puro dado material, a paisagem natural, na direção do espaço vivido. Tudo isto responde a questões iniciais da ligação profunda entre história e região, entre história e espaço, entre tempo e espaço. O fazer historiográfico, não obstante, demonstra muitas vezes sua dificuldade com a implementação de uma análise sólida e conseqüente dessa dimensão espacial. A noção de região abre-se à idéia de regionalização como uma ação analítica específica, base para a compreensão sistematizada do espaço de uma perspectiva histórica, algo com implicações diretas e fundamental importância para a história econômica.

Posto que o objetivo central pretendido aqui é mesmo este de se refletir sobre o conceito de região (e regionalização mais especificamente) a partir de uma perspectiva histórica, e que tal esforço implica sempre em riscar no espaço e no tempo algumas questões, nenhuma delas simples, é preciso logo apresentar algumas orientações precisas para organizar a empreitada. Como um caminho para não se abandonar essa dualidade, tempo/espaço, e apontar o sentido geral do texto, duas orientações elementares são propostas como fundamentais:

- 1) Há que se fugir do anacronismo, pensar o espaço passado, ainda que animado por problemas presentes, não pode se dar de forma desvinculada das evidências coevas. A historicidade das formações espaciais, da mesma forma que não comporta uma única percepção do espaço vivido, não aceita também toda espécie de recortes em função de interesses metodológicos completamente exógenos às realidades em estudo. O risco é evidente, ainda que nem sempre óbvio: a possibilidade de “provar” realidades históricas ilusórias;
- 2) Qualquer recorte, ou insinuação destes, não pode ser um dado estático. Não se percebe o espaço passado a partir de um instantâneo, só a

imagem-movimento das dinâmicas espaciais, nos processos de diferenciação e em seus revezes, é capaz de conferir historicidade ao conceito de região. Há que se ultrapassar, portanto, o espaço como o dado de localização, o palco imóvel por sobre o qual se desenrola a ação histórica, na direção de quadros em movimento, onde essas dimensões estejam efetivamente imiscuídas.

Baixo o crivo dessas duas regras, a bem verdade desafios, interessa ao presente trabalho desenvolver dois conjuntos de reflexões: 1) explorar o conceito de região a partir de sua formalização na geografia, particularmente no que diz respeito à contribuição da geografia crítica, para com isto buscar os encontros com a história; e 2) explorar mais detidamente o significado e as possibilidades de trabalho com regionalizações específicas ao campo econômico e, por conseguinte, pensar as especificidades de uma regionalização histórica/econômica. Adicionalmente, no intuito de melhor esclarecer e a um só tempo dar forma mais concreta à discussão, nas páginas finais são apresentadas algumas considerações sobre as possibilidades de se pensar em uma perspectiva regional, e com preocupações atinentes ao campo econômico, o espaço mineiro nos séculos XVIII e XIX.

O termo região comporta, sem dúvida, acepções variadas, algumas superpostas, outras mesmo contraditórias. Em boa medida, pode-se dizer que a generalidade do termo cavou mesmo lugar no senso comum e no discurso corriqueiro. Mesmo entre os cientistas sociais preocupados com a análise espacial, dificilmente divisa-se um uso conceitual preciso e muito menos o consenso nas perspectivas de trabalho. Ante este quadro, o importante aqui não é, nem poderia ser, destilar um conceito preciso de região. Importa, isto sim, discutir a natureza do recorte regional, em termos amplos, e sua conversação com a questão histórica, em termos mais específicos. Em outros termos, isto equivale a ultrapassar o questionamento “o que é uma região?” e caminhar na direção de outra pergunta: “qual o intuito em segmentar um espaço para análise?”. A inversão do problema é análoga a uma inquietação mais ampla manifesta no fazer historiográfico, qual seja: não existe “a” história, e sim história(s) “de”. A história total é impossível, por definição, mas não se despreze o risco na outra margem, perder a ambição do conjunto e assumir o específico como única possibilidade viável é reducionismo igualmente danoso à compreensão de um tempo e de um lugar. Há que se achar a linha tênue que harmoniza essa problemática. Uma vez apresentada esta ponderação, pode-se argumentar que não há mesmo como existir uma conceituação unívoca de região. O que há é a necessidade fundamental de se questionar acerca dos princípios ou motivações que promovem a

segmentação analítica do espaço, é essa pergunta basilar que define epistemologicamente o termo região, e que aproxima o problema mais do território metodológico do que do conceitual. Dito em outras palavras, o que se coloca em jogo ao tomar região como algo importante é qual processo natural/político/econômico/social se pretende analisar/avaliar/estudar/entender ao segmentar um espaço qualquer em sub-espacos (regiões) específicos? Se a certos casos e a certos problemas específicos é possível e adequado perceber um determinado grupo social, circunscrito e integrado (por vezes isolado) em determinado espaço, talvez muito bem demarcado por especificidades naturais, e tratar isto como uma região, a outros enfoques, o mesmo grupo social (e espaço) pode receber uma outra segmentação, interna a ele, ou que o enrede em dimensão mais ampla. Região é, portanto, tudo aquilo que delimitamos como tal, isto é, tudo dependerá do fim, do objetivo que norteia a segmentação do território. Tal afirmação só pode ser percebida como a-histórica se tomada do ponto de vista eminentemente conceitual, desconsiderando a centralidade da questão metodológica aqui defendida. Sendo assim, o uso e a forma que se dê a uma regionalização é que pode resultar em uma análise a-histórica, ou em interpretações anacrônicas. Trata-se mesmo de uma declaração de princípios, posta a pensar “região” e “regionalização” articuladas à história, e em particular, às possibilidades concretas e necessidades prementes da história econômica. São essas balizas que permitem a compreensão do conceito de região em uma perspectiva histórica, ou seja, segundo os critérios anteriormente definidos: necessariamente coeva e necessariamente dinâmica.

Região é um tema originalmente complexo e controverso para a geografia, não haveria como não o ser também para a história, como de resto para as ciências sociais de forma ampla, como referido acima. Uma primeira consideração necessária, não obstante, é a de que não se pode partir para uma apreensão histórica do conceito de região sem se ter por base, essencialmente, o dado humano na produção/percepção do espaço. Ou seja, mesmo que respondendo dialeticamente ao que se é apresentado pelo ambiente, é a ação transformadora nesse espaço, ou minimamente a forma segundo a qual ele é percebido, apreendido, que confere, em um jogo dialético, a historicidade do espaço. A discussão acerca da região natural, essencialmente formalista, que por muito tempo marcou os estudos geográficos, não faz, uma vez destacada essa importância do dado humano, sentido à reflexão histórica. Uma ponderação em paralelo é, todavia, fundamental. Uma vez que a região deve ser fruto não de atribuições “naturais” em exclusivo, mas da interação desta

dimensão com a produção/percepção do espaço, é razoável pensar que isto não se dá de forma unívoca, e que, portanto, não se pode falar de um só recorte regional para um dado espaço. Isto da mesma forma que não se identifica uma única filiação de idéias ou interesses práticos nas correntes políticas em disputa no interior de um Estado; ou ainda um só nível de pertencimento social para cada um dos indivíduos de uma coletividade; mais apropriada é sempre a percepção de dimensões superpostas para a análise dessas questões. Aposta-se que com o conceito de região é preciso preocupação semelhante. Não se pode recortar de qualquer maneira o espaço e pretender, em se considerando as “duas regras” acima expostas, alguma propriedade histórica na análise. Pelo contrário, a construção, e percepção, coletiva do espaço dá lugar a mais de uma possibilidade de segmentação do território a um mesmo tempo.

Mais do que controverso, o conceito de região é fundamentalmente impreciso, servindo a qualificações muito diversas no conjunto dos trabalhos geográficos, bem como nas ciências sociais como um todo. Um aspecto, entretanto, é compartilhado por várias proposições. Em se tratando de subdivisões ou recortes no espaço, é fundamental a idéia de descrição, como base para a ponderação dos cortes. A distinção clássica entre “geografia”, estabelecendo relações gerais entre os fenômenos, e a “corografia”, que descreve a partir de itinerários as especificidades dos limites de um território, encaminha a percepção do espaço particularizado em sua relação com um conjunto mais amplo. Isto encerra dois problemas que marcam as elaborações acerca do termo região. Primeiro a dimensão do recorte, o que comporta a questão dos níveis de agregação; e, em segundo, os próprios critérios que orientam a segmentação.¹ O recorte de uma região precisa dialogar com a totalidade do espaço segmentado, e definir o nível em se fracionará e segundo que vaiáveis vai ser orientado esse fracionamento do espaço.

A região natural é uma das feições mais costumeiramente subjacentes ao conceito de região. A paisagem, ainda que não seja só a natureza em si, mas também o palco e o resultado da ação humana, é entendida, nesta perspectiva, fundamentalmente em termos do mundo físico. O que a leitura de regiões a partir desses atributos naturais fornece é via de regra um desenho apreendido e explicado em função da fisionomia do espaço, o que é sem dúvida assaz limitado. A atenção fundamental à natureza por conta de sua influência por

¹ Marcel RONCAYOLO, “Região” [verbete] in: Ruggiero ROMANO (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. [Vol. 8 – Região], p.161. Sobre a questão da escala na discussão do conceito de região, veja também Iná Elias de CASTRO, “Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar” in: M. A. SOUZA et al. (orgs.), *Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica*, São Paulo, Hucitec/Anpur, 1993, pp.59-60.

sobre os homens, e nisto a orientação segura à partição do espaço, não nasce na geografia, mas de uma percepção filosófica dessa relação e de uma prática efetiva, eminentemente técnica, em curso nos avanços dos estudos do solo, espécies vegetais, etc. O caminho que marca a evolução dessa postura fisionomista é a cientificidade que se pode atribuir às regiões naturais e que se faz muito mais difícil em se tratando da relação desta com os homens.² Não é desnecessário lembrar que a região natural não pode ser obviamente o critério único a sustentar o conceito de região, mas erro tão grave seria apartar essa dimensão ao se recortar o espaço.

O determinismo natural na condução das segmentações territoriais domina a cena até o final do século XIX, quando encontraria uma primeira linha de críticas, fundamentais a uma integração de fatores naturais e humanos em um debate que em níveis diferentes prolonga-se mesmo até hoje. De particular importância, é o fato de que a reação da geografia no final do Dezenove a uma postura extremamente formalista em muito influenciaria a crítica que se instalaria anos depois no âmbito da história renovando as análises prezadas na dimensão factual. Como expõe Marcel Roncayolo:

“Neste sentido, a crítica das divisões geográficas ‘tradicionais’, consideradas como artificiais ou superficiais, anuncia nos dois últimos decênios do século XIX o mesmo que a história conhecerá na geração seguinte: a crítica da interpretação puramente factual ou puramente institucional. Na verdade constitui uma dívida da história em relação à geografia recentemente renovada”.³

Um nome fundamental neste processo, particularmente nas frentes de diálogo com a história, é o do geógrafo francês Paul Vidal de la Blache, que em sua reflexão confere à ação humana certa dimensão ativa ante o ambiente natural. O caminho aí aberto seria fundamental às proposições, tempos depois, de um eminente historiador, Lucien Febvre. O meio mesmo em que este último daria corpo aos seus trabalhos seria mesmo marcado pelo intenso debate no qual vai se compondo um saber histórico influenciado diretamente pelas ciências sociais e gestado nos debates entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores ligados então à Universidade de Estrasburgo. Este debate que depois se delinearía de forma emblemática na revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, dá o nome pelo qual a escola renovada do pensamento histórico na França fica conhecida. A Escola dos *Annales* se mostraria desde sempre atenta à geografia, particularmente anos depois, como o destaque a ela conferido nas obras de

² Marcel RONCAYOLO, “Região” [verbete]..., pp.163-6.

³ Idem, p.166.

Fernand Braudel.⁴ O ambiente intelectual fecundo e dinâmico da Universidade de Estrasburgo de então, na Alsace-Lorraine que volta a pertencer à França em 1918, é fundamental pelo fato de que deveria aí cumprir o papel de vitrine intelectual francesa ante a Alemanha, reunindo um quadro ímpar de professores entre “juristas, como G. Le Bras; filósofos, como M. Guerroult; historiadores, como Febvre, Bloch, [Georges] Lefebvre, Perrin; sociólogos como M. Halbwachs”.⁵

A atenção de Febvre à geografia conforma-se, não obstante, nas lições do próprio Vidal de la Blache, o fundador em 1891 da revista *Annales de Géographie*, como seu professor na Escola Normal Superior.⁶ Febvre marcaria com veemência sua posição a favor de Vidal de la Blache no debate com a antropogeografia do geógrafo alemão Friedrich Ratzel. É preciso considerar que o debate entre Vidal de la Blache e Ratzel é não obstante marcado por repetidos momentos em que se destaca antes a complementaridade que a oposição.⁷ Todavia, estava em jogo também ali o processo de definição do campo⁸ e da competência particular das disciplinas, incluindo aí a sociologia e antropologia, o que em outra direção ia agrupado na antropogeografia de Ratzel. Febvre seria o responsável por colocar termo a este debate em um livro fundamental para a geografia, mas mais ainda para a articulação ainda hoje pouco cuidada entre geografia e história. Sua análise não deixaria, no entanto, de fazer acentuar, e em alguma medida exagerar, as divergências entre Vidal de la Blache e Ratzel, colocando-os em pólos opostos a partir de uma distinção que ficaria clássica entre “determinismo” e “possibilismo”.

“Não nos perguntamos se, no bloco das idéias geográficas, não existem realmente fissuras, e se podemos seguir ao mesmo tempo, com a mesma tranqüila segurança, os ‘deterministas’ na linha de Ratzel e os que podemos nomear, possivelmente, de ‘possibilistas’ na linha de Vidal”.⁹

Para além desse debate inicial, responsável por conformar a geografia moderna, o desenvolvimento da disciplina no século XX reservaria, tal qual na história, um encontro com o quantitativismo, particularmente a partir da 2ª Guerra Mundial. O que na história se traduziria em correntes de matrizes diversas como a história serial francesa ou a *new*

⁴ Yves LACOSTE (coord.), “Braudel geógrafo” in: *Ler Braudel*, Papyrus Editora, Campinas, 1989.

⁵ José Carlos REIS, *Escola dos Annales: a inovação em História*, São Paulo, Paz & Terra, 2000, p.67.

⁶ Peter BURKE, *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*, 2. ed. São Paulo, Ed. UNESP, 1992, p. 24.

⁷ Marcos B. de CARVALHO, “Diálogos entre as ciências sociais: um legado de Friedrich Ratzel (1844-1904)”, *Biblio 3w. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona, nº 34, 10 de junio de 1997.

⁸ Pierre BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1974.

⁹ Lucien FEBVRE, *La terre et l'évolution humaine: introduction géographique a l'histoire*, Paris, Édition Albin Michel, 1949 [ed. original 1922], p.25.